

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA e outros)

Requer a realização de audiência pública a respeito da indústria nacional de defesa, no âmbito da Subcomissão Permanente deste colegiado sobre Indústria Nacional de Defesa e Parcerias Internacionais na Área de Defesa Nacional.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente sobre Indústria Nacional de Defesa e Parcerias Internacionais na Área de Defesa Nacional, a respeito da indústria nacional de defesa, suas forças restritivas e impulsoras, solicitando que sejam convidados para o evento representantes dos seguintes grupos:

1 - Naval Group Brasil (indústria responsável pelos programas de produção da Corveta Classe Tamandaré; de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e participante do futuro Navio de Apoio Antártico da Marinha do Brasil);

2 - Helibrás – Helicópteros do Brasil S/A. (responsável pela produção, venda e pós-venda no Brasil de aeronaves da *Airbus Helicopters*, maior fornecedora mundial do setor, controlada pelo *Airbus Group*, a empresa desenvolve tecnologia de ponta e contribui, assim, para o fortalecimento da indústria aeronáutica nacional);

3 - Avibrás Indústria Aeroespacial S/A (a Avibras é uma empresa privada de engenharia, genuinamente brasileira,

com mais de cinquenta anos de atuação, que detém know-how próprio e desenvolve tecnologia, aportando soluções inovadoras tanto para as áreas de defesa, quanto civil);

4 - Taurus Armas S/A (antiga Forjas Taurus S/A), é uma empresa estratégica de defesa, com 79 anos de história, sediada em São Leopoldo, RS, que exporta para mais de 85 países;

5 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, empresa estratégica de defesa, constituída nos termos da Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, empresa pública dependente, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército, com a missão de fabricar e comercializar produtos de defesa e segurança para clientes institucionais, especialmente Forças Armadas, Forças Policiais e clientes privados.

6 - Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE)

JUSTIFICAÇÃO

A importância, o papel estratégico – e a autonomia – da indústria nacional de defesa constituem um tripé que merece inegável atenção deste Parlamento e, de modo especial, desta Comissão, razão pela qual criamos a Subcomissão Permanente sobre Indústria Nacional de Defesa e Parcerias Internacionais na Área de Defesa Nacional. Nesse sentido, postulamos a autorização dos Nobres Pares para a realização da audiência pública proposta, no âmbito da subcomissão.

A esse respeito, estudos do IPEA defendem que “o espectro das repercussões tecnológicas da atualidade sinaliza para a automação das funções tecnológicas do combate, o que pode ser exemplificado pelo funcionamento automático de um sistema de armas, integrando as funções de sensoriamento, processamento e atuação (SPA)”. A respeito, cabe lembrar que

o chamado *Sistema Patriot*, fez sua estreia na Primeira Guerra do Golfo (1991) e foi o primeiro sistema bélico automatizado, empregando componentes que cumpriram o papel de *sensor, processador e atuador para abater o míssil iraquiano Skud, sem a intervenção humana*.

Inegavelmente, a tecnologia de base eletrônica vem dominando o cenário da arte da guerra. Há a automação das funções tecnológicas no combate, integrando as funções de sensoriamento, processamento e atuação (SPA) ¹, mas há também a robótica, “*com a finalidade de substituir funções originalmente realizadas pelo homem pelas mesmas funções realizadas pela máquina, como é o caso dos veículos aéreos não tripulados (VANT)*”.

Existem, ademais, os aspectos que envolvem a *guerra cibernética para atingir a capacidade de processamento dos sistemas adversários na guerra convencional, na assimétrica ou em atos terroristas*.²

Como está o Brasil nesse cenário global? Quais os entraves e as perspectivas? Como ficam a posição e a possibilidade brasileira de o Brasil desenvolver, por exemplo, veículos aéreos não-tripulados, os chamados VANTs, conhecidos como a *avant-première* da robótica bélica? Quais os impactos econômicos que essa indústria produz e tem potencial de produzir em nosso país?

Nesse cenário mundial, como está se comportando a indústria brasileira de defesa, quais as suas possibilidades de gerar tecnologia própria e autônoma, não dependente, adstrita às normas do Direito Internacional, mas não controlada ou limitada por potências externas? Quais as forças impulsoras e restritivas presentes no cenário da indústria brasileira de defesa?

Trata-se de tema abrangente, que implica estudos aprofundados de vários matizes e também a necessidade de debates e encontros de estudos neste Parlamento.

¹ BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Texto para discussão nº 1.758: *A base industrial de defesa brasileira*, 42 p. Autor: José Carlos Albano do Amarante. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1091/1/TD_1758.pdf> Acesso em: 9 out. 2019.

² Id, *ibidem*.

No sentido de aprofundarmos o tema, surgiu a proposta de realização da audiência pública ora proposta no âmbito da Subcomissão Permanente sobre Indústria Nacional de Defesa e Parcerias Internacionais na Área de Defesa Nacional deste colegiado.

Conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA